

# Legislação Informatizada - Decreto nº 71.070, de 4 de Setembro de 1972 - Publicação Original

Veja também:

---

## Dados da Norma

---

### Decreto nº 71.070, de 4 de Setembro de 1972

Concede indulto e comuta penas impostas a sentenciados primários e dá providências correlatas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item XXII, da Constituição, e o artigo 734, parte final, do Código de Processo Penal e,

Considerando que o transcurso do sesquicentenário da Independência constitui um dos acontecimentos mais importantes da história pátria;

Considerando que é da tradição brasileira e do sentimento nacional a concessão e indulto e a comutação de penas ao ensejo de comemorações de tal magnitude,

DECRETA:

**Art. 1º.** Consideram-se indultados os sentenciados primários definitivamente condenados a penas privativas de liberdade até quatro anos e que tenham efetivamente cumprido, com boa conduta prisional, até o dia 7 de setembro do corrente ano, no mínimo, um terço da pena imposta.

§ 1º O benefício previsto nesta artigo se estende à pena pecuniária, cumulativamente imposta na sentença, não abrangendo, contudo, as penas acessórias.

§ 2º Aplicada a medida de segurança, a concessão do indulto ficará subordinada à verificação da cessação da periculosidade.

**Art. 2º.** São Comutadas as penas privativas de liberdade definitivamente impostas aos sentenciados primários, que tenham cumprido até o dia sete de setembro do corrente ano, mais de um terço da condenação, com boa conduta prisional, na seguinte proporção:

- I - Um terço, aos condenados a mais de quatro e até seis anos;
- II - Em um quarto, aos condenados a mais de seis e até quinze anos;
- III - Em um quinto, aos condenados a mais de quinze anos.

**Art. 3º.** Este decreto não abrange os condenados pela prática de crime:

- I - Contra a segurança nacional;
- II - Definido no artigo 281 e seus parágrafos, do código Penal, com a nova redação dada pelos artigos 22 e 23 da Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971, quando referida na sentença a sua condição de traficante.

**Art. 4º.** Caberá aos Conselhos Penitenciários, de Ofício ou por provocação de qualquer interessado verificar quais são os sentenciados abrangidos por este decreto, emitindo desde logo, parecer de que trata o artigo 736 do Código de Processo Penal, que terá remetido ao Juiz da Execução, para os fins previstos no artigo 738 do mesmo código.

*Parágrafo único.* Os dirigentes dos estabelecimentos prisionais encaminharão aos Conselhos Penitenciários relação dos sentenciados abrangidos pelo presente decreto, prestando, desde logo, informações circunstanciadas sobre o comportamento de cada um.

**Art. 5º.** Quando se tratar de condenados pela Justiça Militar, que não estejam cumprindo pena em estabelecimento penal civil, o parecer do Conselho Penitenciário será substituído pela informação da autoridade sob cuja custódia estiver o preso.

**Art. 6º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União -  
Seção 1 de 05/09/1972

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/9/1972, Página 7906 (Publicação Original)